

AS POLÍTICAS DE AVALIAÇÃO EM LARGA ESCALA E O CURRÍCULO: O ESTADO DA ARTE NA REVISTA ESTUDOS EM AVALIAÇÃO EDUCACIONAL (2015-2019)

Elisângela Aguiar Oliveira Andrade
Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia

Fábio Santos de Andrade
Universidade Federal de Rondônia

Reginaldo Santos Pereira
Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia

Resumo: Este estudo se caracteriza como uma revisão de literatura ou Estado do Conhecimento e teve como objetivo apontar a relevância ou a recorrência das pesquisas que tematizam as políticas de avaliação em larga escala, suas interfaces e implicações curriculares nos sistemas de ensino. Para realização da investigação nos pautamos em artigos publicados no periódico Estudos em Avaliação Educacional, com recorte temporal de 5 anos (2015 a 2019). Para a busca das pesquisas publicadas no período foram utilizados quatro descritores, avaliações externas e em larga escala, currículo, políticas educacionais e IDEB. No mapeamento realizado foi possível identificar a presença simultânea de ideias que refletem concepções distintas de currículo. Quanto às políticas públicas educacionais produzidas no Brasil nesse período, aferimos um forte imperativo de mecanismo de controle, governo, aferição da qualidade, com também, impactos na gestão educacional.

Palavras - chave: Avaliação em larga escala. Currículo. IDEB.

Introdução

Neste estudo, abordamos sobre as políticas de avaliação em larga escala e o currículo. Para tanto, apresentamos uma pesquisa do tipo Estado da Arte que se caracteriza como uma revisão de literatura ou ainda como um Estado do Conhecimento, que tem como principal função apontar os possíveis espaços ou lacunas sobre o fenômeno educativo pesquisado. Buscamos por meio dessa análise documental, mapear as produções e investigações científicas que estão sendo produzidas em âmbito nacional. Para realização do estudo nos pautamos em artigos publicados no periódico Estudos em Avaliação Educacional, com recorte temporal de 5 anos (2015 a 2019), utilizando os seguintes descritores: avaliações externas e em larga escala, currículo, políticas educacionais e IDEB.

O Estado da Arte compreende um levantamento bibliográfico detalhado de um período conceitual delimitado. Esse tipo de pesquisa amplia as produções científicas, pois contemplam em sua dimensão questões temporais, logísticas e conceituais. Para tanto, esse levantamento objetiva “responder que aspectos e que dimensões vêm sendo destacados e privilegiados em diferentes épocas e lugares” (FERREIRA, 2002, p. 258).

O dito e o não dito nas publicações dos periódicos Estudos em Avaliação Educacional

A seguir, apresentamos o conjunto de trabalhos científicos selecionados para nossa investigação, originados nos periódicos Estudos em Avaliação Educacional. Para análise dos artigos encontrados foram feitas leituras do artigo completo. A organização da análise, encontra-se distribuída nos quadros abaixo e será apresentado a cada três e dois anos, sendo o primeiro referente às publicações dos anos 2015 a 2017 e, o segundo quadro, refere-se aos trabalhos publicados nos anos de 2018 a 2019, respectivamente. Essa organização visa facilitar a visualização e leitura dos estudos selecionados.

Os que dizem os estudos dos periódicos Estudos de Avaliação educacional

Quadro 1 – Fontes de publicações do periódico Estudos em Avaliação Educacional (2015-2017)			
AUTOR (A)	TÍTULO	ANO	PALAVRAS-CHAVE
Adilson Dalben, Luana Costa Almeida	Para uma avaliação de larga escala multidimensional.	2015	Avaliação da educação; Qualidade Da educação; Avaliação da aprendizagem; Avaliação institucional.
Renata Cristina Oliveira Barrichelo Cunha, Andreza Barbosa, Maria José da Silva Fernandes	Implicações das avaliações externas para o trabalho docente coletivo.	2015	Avaliação Externa; Organização do Trabalho Docente; Gestão Pedagógica da Escola; Sa resp.
Daniel Abud Seabra Matos, Erica Castilho Rodrigues	Indicadores educacionais e contexto escolar: uma análise das metas do IDEB.	2016	Indicadores educacionais; IDEB; Regressão logística; ensino fundamental.
Mara Regina Lemes De Sordi, Sara Badra de Oliveira, Margarida Montejano da Silva, Regiane Helena Bertagna, Adilson Dalben	Indicadores de qualidade social da escola pública: avançando no campo avaliativo.	2016	Indicadores educacionais; Qualidade Social; Avaliação de larga escala multidimensional; Avaliação institucional participativa.



Maria Teresa Gonzaga Alves, Flavia Pereira Xavier	Construção de indicadores para descrever desigualdades de aprendizado na Prova Brasil.	2016	Indicadores Educacionais; Prova Brasil; Desigualdades Educacionais; aprendizagem.
Dalila Andrade Oliveira, Edmilson Antonio Pereira Junior	Indicadores do trabalho docente: múltiplas associações no contexto escolar.	2016	Indicadores Educacionais; Trabalho docente; Condições de Trabalho; Autonomia Escolar.
Gabriela Miranda Moriconi, Nelson Gimenes	Indicadores educacionais: entrevista com Reynaldo Fernandes.	2016	Indicadores Educacionais; Políticas Educacionais; IDEB; Conceito Preliminar de Curso –CPC.
Claudia de Oliveira Fernandes, Carlos Eduardo Serrina de Lima Rodrigues	governança educacional global e a gênese dos testes das habilidades socioemocionais.	2017	Políticas Educacionais; Avaliação da Educação; Habilidades Socioemocionais; Governança Educacional Global.
Paul Morris	Política educacional, exames internacionais de desempenho e a busca da escolarização de classe mundial: uma análise crítica.	2017	Pisa, Timms; Avaliação em Larga Escala; Políticas Educacionais.
Diana Gomes da Silva Cerdeira, Ana Pires do Prado, Rodrigo Pereira da Rocha Rosistolato, Mayara de Oliveira Tavares, Marcio da Costa	Conhecimento e uso de indicadores educacionais no município do Rio de Janeiro.	2017	Indicadores educacionais; avaliação da Educação; formação continuada; gestão escolar.

Fonte: Elaborado pelos autores (2020)

Iniciando as discussões em torno do nosso objeto de estudo, Dalben e Almeida (2015), em seu artigo *Para uma avaliação de larga escala multidimensional*, discutem os processos de avaliação de larga escala, defendendo que não se pode avaliar a aprendizagem dos estudantes e a qualidade ofertada pelas escolas sem a construção de uma avaliação multidimensional. Nesse sentido, reconhecem perspectivas mais amplas de avaliação, cujo foco de análise não se limita à mensuração de alguns conteúdos cognitivos complementados por medidas de fluxo, do nível socioeconômico, mas reconhece a necessidade de um desenho de avaliação que seja capaz, por um lado, de avaliar o trabalho desenvolvido pelas instituições escolares e, por outro, de servir como auxílio para a melhoria dos processos. Destacam as análises unidimensionais, passando a ser reconhecida a característica genuinamente multidimensional do processo educacional e, assim, o necessário desenho de uma avaliação de larga escala multidimensional, que abranja o processo vivenciado no



cotidiano escolar, trazendo não apenas um retrato da escola, mas informações concretas para que essas instituições possam planejar novos rumos, aprimorando-se constantemente em um processo interno de autoavaliação.

Tendo como foco principal as avaliações em larga escala, Cunha, Barbosa e Fernandes (2015), se propõem a analisar como as avaliações externas, em especial o Sistema de Avaliação de Rendimento Escolar do Estado de São Paulo (Saresp), estão afetando o planejamento e os encaminhamentos das aulas de trabalho pedagógico coletivo de uma escola estadual paulista, no que se refere à discussão do projeto político-pedagógico. No Saresp, a regulação faz-se presente e se materializa em um conjunto de ações que influenciam a organização do trabalho pedagógico. Os resultados evidenciam que a preocupação com as metas e índices, sobrepõe a discussão da proposta pedagógica, esvaziando o trabalho docente coletivo de seu sentido articulador e integrador.

Em análise das metas estabelecidas pelo Índice de Desenvolvimento da Educação Básica – IDEB, Matos e Rodrigues (2016), em seu trabalho, *Indicadores educacionais e contexto escolar: uma análise das metas do IDEB*, relacionam características das escolas que estejam associadas à probabilidade de atingir a meta do IDEB 2013. O trabalho tem como objetivo de pesquisa analisar a associação da meta do IDEB com outros indicadores educacionais e comparar os anos iniciais e finais do ensino fundamental. De posse dos resultados da investigação, os autores concluíram que nos anos iniciais do ensino fundamental, a variável de maior impacto sobre a probabilidade de a escola atingir a meta do IDEB 2013 é a infraestrutura da escola, já nos anos finais, as variáveis que mais impactam a probabilidade de a escola atingir a meta do IDEB são o nível socioeconômico e a infraestrutura. Os outros fatores contextuais abordados nesse estudo (complexidade da escola, média de alunos por turma da escola, percentual de docentes da escola com curso superior) também foram importantes para explicar a meta do IDEB (MATOS; RODRIGUES, 2016, p. 685).

Ainda discutindo sobre os indicadores educacionais, Sordi, Oliveira, Silva, Bertagna e Dalben (2016), evidenciaram escolas que trabalham na perspectiva da qualidade social mantendo suas singularidades nas diferentes dimensões. Nesse trabalho, foram consideradas as vozes de professores e gestores, captadas via grupo focal, contrastada com o referencial teórico da formação humana, o qual gerou um instrumento contendo indicadores dispostos em uma escala tipo Likert, geralmente usada em pesquisa de opinião, respondido por 846 professores de uma rede municipal. Para os autores, por melhores que sejam as medidas



educacionais acionadas para dar conta da qualidade da escola pública, estas serão sempre insuficientes como tradutoras do que a escola faz ou poderia fazer em atenção aos direitos dos estudantes de se desenvolverem como cidadãos. Indicam que formas mais criativas de regulação da qualidade das escolas poderiam ser acionadas pelos formuladores de políticas públicas, no intuito de evitar a adequação/subordinação dos sistemas de ensino. Sugerem a produção de indicadores de uma qualidade educacional socialmente referenciada e, por fim, acrescentam que dados avaliativos precisam dialogar com a realidade em que os atores atuam de modo a mobilizá-los na luta pela qualidade da escola pública.

Alves e Xavier (2016), em seu estudo *Construção de indicadores para descrever desigualdades de aprendizado na Prova Brasil*, propõem uma forma de construção de indicadores contextuais que expressem algumas dimensões complexas pertinentes às práticas pedagógicas das escolas. Apontam dois indicadores relacionados às características do ensino e ao clima acadêmico da escola: (1) intervenções da escola para a melhoria do fluxo e do aprendizado dos alunos, e (2) cumprimento, adequação e forma de desenvolvimento do currículo escolar, referido como currículo na escola. Os resultados mostraram que as escolas que possuem escores mais altos nos dois indicadores, contribuem para reduzir a diferença entre alunos com e sem atraso escolar quanto às chances de eles não estarem no nível abaixo do básico de aprendizado, no qual os alunos com atraso constituem a maioria. Por fim, os autores concluem informando que os indicadores não devem ser entendidos como mecanismos determinísticos na produção de bons resultados. Isso porque, muito provavelmente, ações no sentido de mudar um indicador na escola, podem forçar a mudança de outros.

No trabalho, *Indicadores do Trabalho docente: Múltiplas associações no contexto escolar*, os autores, Oliveira e Pereira Junior (2016), descrevem indicadores desenvolvidos para representar aspectos do trabalho docente na educação básica e analisam as múltiplas associações de conceitos que permitem compreender o contexto dos profissionais nas escolas. A pesquisa foi realizada em sete Estados do país, aplicadas a partir de survey. Na pesquisa foram utilizados indicadores que compreendem: a autonomia dos docentes ao desenvolverem suas atividades de ensino, a realização de atividades com a participação de seus pares, a adequação do ambiente em que se encontram submetidos e até mesmo a preparação profissional para o início da carreira. Na análise desses indicadores, observa-se que o preparo para inserção na carreira é estatisticamente significativa no grau de controle das atividades. Ao se verificar essa relação no modelo proposto, os autores consideram que,



a melhoria dos níveis de preparo dos profissionais ao iniciarem suas atividades, impactam em aumento do nível de controle que possuem sobre o conjunto de atividades que realizam no cotidiano escolar.

Moriconi e Gimenes (2016), em seu trabalho: *Indicadores educacionais: entrevista com Reynaldo Fernandes*, apresentam uma entrevista com o professor Reynaldo Fernandes. Na entrevista são discutidas as opções metodológicas adotadas na construção de indicadores educacionais, suas motivações e propósitos, bem como os seus usos e desdobramentos. O entrevistado apresenta, durante toda a entrevista, um discurso em defesa da construção dos indicadores, principalmente os compostos que possibilitam mais riqueza de detalhes sobre o objeto aferido. Justifica adotar um indicador composto, pois a variável interessada em medir não se apresenta observável, dispõe de medidas imperfeitas. Assim, se dispomos de vários indicadores que divergem da “verdadeira” medida de qualidade por um fator de escala e por um erro de medida, poderíamos juntar tais indicadores de modo a minimizar o erro de medida (MORICONI; GIMENES, 2016, p. 978). Por fim, acrescenta que o INEP possuía monopólio da produção de certos indicadores, mas não monopólio da interpretação deles.

O estudo de Rodrigues e Fernandes (2017), *Governança educacional global e a gênese dos testes das habilidades socioemocionais*, investiga em que medida seria possível identificar na atuação da OCDE mecanismos que comprovem a existência de um projeto de governança educacional global. A investigação considerou que todo esse processo de valorização das habilidades socioemocionais vem sendo protagonizado pela OCDE, a visão desse organismo multilateral sobre a educação está relacionada às demandas estabelecidas pelo mercado de trabalho, cujo projeto, que ora se afigura de incentivar o fomento às habilidades socioemocionais e de aferi-las por meio de avaliação em larga escala, se assenta nas expectativas do que o mercado de trabalho vem definindo como perfil desejado para os indivíduos que emprega e no desejo de instituir formas de controle para assegurar que tais expectativas sejam atendidas.

O estudo de Cerdeira, Prado, Rosistolato, Tavares e Costa (2017) investiga os efeitos das políticas de avaliação em larga escala e responsabilização nos sistemas de ensino e suas escolas. Os autores buscaram compreender como professores, gestores escolares e gestores apropriam-se dos dados produzidos pelas avaliações e os usam no planejamento educacional. Foram articulados uma abordagem qualitativa – grupos focais e observação sistemática no âmbito de um curso de formação para gestores escolares – e quantitativa – web survey realizado com os profissionais da educação da rede municipal do Rio de Janeiro.

A pesquisa teve como principal argumento, a defesa de que a ampliação do conhecimento sobre os sistemas de avaliação em larga escala, tende a reduzir as resistências e permitir que as equipes de gestão escolar incorporem os dados como orientadores de suas ações práticas. O resultado da investigação indicou que a participação dos gestores no curso de formação ampliou o conhecimento técnico dos participantes e, em consequência, reduziu a resistência às avaliações, tendo em vista que alguns gestores perceberam as possibilidades de uso dos dados para a melhoria de suas escolas. Acrescentam que os resultados da web survey indicam que tanto a abordagem qualitativa, como a quantitativa, reforçam as hipóteses iniciais de que a ampliação do conhecimento sobre sistemas avaliativos – origem, histórico, objetivos, metodologia, cálculo de índices, projeções de metas, etc. – pode reduzir a resistência a essas políticas e favorecer usos pedagógicos dos dados produzidos que não se limitem somente ao uso instrumental com interesse em elevar artificialmente os índices escolares.

Morris (2017) argumenta em seu estudo que as políticas educacionais no mundo todo estão cada vez mais dirigidas por um desejo de emular as “melhores práticas” de países que têm bom resultado em exames internacionais de desempenho de alunos, tais como o Programme for International Student Assessment (PISA) e o Trends in International Mathematic and Science Study (TIMSS). Em análise aos exames do tipo PISA, o autor declara que esse tipo de exame tem emergido como uma poderosa fonte de governança para definir as reformas educacionais. Segundo o autor, estamos correndo o perigo, de enxergar as crianças apenas pelo prisma do PISA e, como padrão, aceitar sua concepção singular e estreita dos objetivos da educação. Isso efetivamente significa deixar de focar nas pessoas como seres humanos com necessidades complexas, para vê-las somente como fonte de capital humano, como mensurado pelo PISA.

A seguir, apresentamos e analisamos no Quadro 2 as pesquisas do periódico Estudos em Avaliação Educacional no período de 2018 a 2019.

Quadro 2 – Fontes de publicações do periódico Estudos em Avaliação Educacional (2018-2019)			
AUTOR	TÍTULO	ANO	PALVRAS-CHAVE
Clayton Sirilo do Valle Furtado, Tufi Machado Soares	Impacto da bonificação educacional em Pernambuco.	2018	Accountability, avaliação de Políticas educacionais, bônus de desempenho educacional e Método das diferenças em diferenças.
Paulo Sérgio Garcia,	Austrália, Brasil e	2018	Ensino de ciências; Testes;



Xavier Fazio, Debra Panizzon, NelioBizzo	Canadá: impacto das avaliações no ensino de Ciências.		Políticas educacionais; Responsabilização.
Talita Vidal Pereira, Roberta Avoglio Alves Oliveira	Juvenilização da EJA como efeito colateral das políticas de responsabilização.	2018	Responsabilização; Educação de jovens E adultos (EJA); Qualidade da educação; Avaliação da educação.
Edilene Rocha Guimarães, Manuela Esteves	Sistemas de avaliação da educação superior em Portugal e Brasil.	2018	Sistemas de avaliação; Educação superior; Currículo; Formação inicial do professor.
Maria Océlia Mota	Implementação de políticas públicas educacionais na perspectiva dos agentes burocráticos.	2018	Políticas públicas; Educação; Avaliação da educação; Metodologia.
Stella Oggioni da Fonseca, Anderson Amendoeira Namen, Francisco Duarte Moura Neto, Adriana da Rocha Silva, Maria Isabel Ramalho Ortigão, Ursula Andrea Barbara Verdugo Rohrer	Mineração de dados orientada pelo domínio educacional: uma prova de conceito.	2019	Prova Brasil; Mineração de dados; Políticas educacionais; Rendimento escolar.
Cláudia Valentina Assumpção Galian, Roberto Rafael Dias da Silva	Apontamentos para uma avaliação de currículos no Brasil: a BNCC em questão.	2019	Avaliação de currículo; BNCC; Política curricular; Conteúdos curriculares.
Joana Sousa, José A. Pacheco	Avaliação externa das escolas: lógicas políticas de avaliação institucional.	2019	Avaliação externa; Avaliação institucional; Accountability; Portugal.
Maria Teresa Gonzaga Alves, Maria Eugénia Ferrão	Uma década da Prova Brasil: evolução do desempenho e da aprovação.	2019	Qualidade da educação; Prova Brasil; Aprendizagem; Rendimento do aluno.
Ivan Souza Vieira	Oportunidades educacionais no Brasil: o que dizem os dados do Saeb.	2019	Desigualdades socioeducacionais; nível Socioeconômico; Ensino fundamental; Brasil.

Fonte: Elaborado pelos autores (2020)

Furtado e Soares (2018), ao abordarem sobre o *Impacto da bonificação educacional em Pernambuco*, buscam avaliar o impacto do bônus de desempenho educacional, que constitui um incentivo pago aos funcionários das escolas da rede estadual de Pernambuco mediante o cumprimento de metas educacionais preestabelecidas. O objetivo principal é verificar se essa política de bonificação propiciou um melhor desempenho nas proficiências das disciplinas de Língua Portuguesa e Matemática entre 2008 e 2012. Em resposta à questão inicial da



investigação, os autores declaram com base nas análises dos pareamentos realizados tanto pela base do SAEPE (Sistema de Avaliação Educacional de Pernambuco), quanto pela Prova Brasil, os resultados foram semelhantes e positivos. Para eles, “existem boas chances de a política de bonificação ter sido responsável pela variação positiva, ou ainda pela maior parte dos ganhos de desempenho da rede estadual no período analisado” (FURTADO; SOARES, 2018, p. 71).

Garcia, Fazio, Panizzon e Bizzo (2018) em abordagem mais recente sobre os impactos das avaliações no sistema educativo, investigam o foco dado às áreas de Linguagem e Matemática (LM) e como as políticas de responsabilização têm trazido consequências para o ensino de Ciências. As evidências apresentadas pelo estudo indicam que o cenário marcado por políticas de avaliação em larga escala com foco exclusivo em Linguagem e Matemática e de responsabilização, estão induzindo à distribuição desigual dos recursos, incluindo a questão do tempo de formação e da criação de programas e projetos educativos e pedagógicos centralizados nas disciplinas de Linguagem e Matemática. Os autores declaram sobre o processo intencional que essas políticas têm na desvalorização e secundarização de conhecimento científico e tecnológico indispensáveis ao avanço da sociedade contemporânea.

Pereira e Oliveira (2018), por meio de seus estudos, analisam o fenômeno educativo da juvenilização da Educação de Jovens e Adultos (EJA), como consequência da expulsão de jovens em defasagem idade-série da escola regular. Os autores argumentam em favor do pressuposto de que o fenômeno tem se intensificado na medida em que a correção de fluxo tem funcionado como mecanismo de escape, utilizado por gestores com o objetivo de evitar as sanções previstas nas políticas de responsabilização às escolas e aos professores que não alcançam as metas de desempenho estabelecidas pelas diferentes esferas do sistema. Essa investigação teve como foco a rede municipal do Rio de Janeiro e utilizou os dados estatísticos sobre o histórico de matrículas na EJA da referida rede para sustentar que as políticas de avaliação em larga escala, anunciadas como garantidoras da qualidade da educação, têm na realidade favorecido a manutenção de processos de exclusão escolar. Vale destacar, que esse fenômeno não está restrito ao município do Rio de Janeiro, mas compreende uma realidade nacional.

A análise realizada, por meio do estudo, tomou como referência os dados de dois períodos, de 2011 a 2013 e de 2011 a 2015. Nesse período, a rede realizou altos investimentos em políticas de avaliação e controle do trabalho docente. Observa-se que a universalização do ensino é uma meta próxima de ser alcançada, porém, esse avanço não tem representado que a



educação oferecida à grande parte da população tem sido capaz de garantir dignidade a todos. Na realidade, o fomento de sistemas meritocráticos, assim como uma educação padronizada e hierarquizante tem contribuído para a reconfiguração da gestão do espaço escolar sem que isso implique a superação de práticas excludentes e discriminatórias; pelo contrário, os dados sinalizam que elas têm recrudescido e o processo de juvenilização da EJA não foge a essa regra.

Em seus estudos sobre o sistema de avaliação da educação superior, Guimarães e Esteves (2018), realizam uma investigação comparativa entre Portugal e Brasil, identificando as influências dos sistemas de avaliação nos currículos de formação inicial de professores do ensino superior. Nessa investigação, propõe-se compreender como a avaliação externa dos cursos de formação inicial de professores interage com as políticas curriculares e de que forma seus efeitos estruturam estratégias de conformação dos currículos. Foram realizadas entrevistas com os diretores e coordenadores no sentido de, por um lado, validar a hipótese inicial de que as avaliações positivas recebidas reforçaram os currículos e, por outro, saber se os aspectos negativos assinalados na avaliação externa deram lugar a mudanças curriculares. Os resultados da pesquisa indicam que o processo de avaliação externa tem influenciado os currículos, pois destacam os aspectos positivos e os pontos fortes dos cursos. Conclui-se que os processos de regulação e supervisão valorizam as identidades institucionais, criam estratégias políticas para que a gestão institucional assuma a responsabilização e prestação de contas pela melhoria da qualidade da formação inicial de professores.

O estudo de Mota (2018), *Implementação de políticas públicas educacionais na perspectiva dos agentes burocráticos*, foi selecionado por trazer para o campo da educação, novas possibilidades para a análise de políticas educacionais, ao procurar compreender o processo de implementação do Prêmio Escola Nota Dez (PENDez) por meio da percepção dos agentes de médio escalão – gerentes do Programa de Alfabetização na Idade Certa (PAIC), diretores e coordenadores – e de nível de rua (os professores) em quatro pares de escolas parceiras da região do Cariri, no Ceará. Os resultados da pesquisa sinalizam que na busca pelo êxito nos resultados das avaliações e obtenção da premiação os agentes implementadores fazem adaptações no currículo, na avaliação e no trabalho pedagógico. Além disso, essas intervenções afetam a interpretação do PENDez e sua implementação e, por isso, a política termina sendo adaptada às possibilidades e aos constrangimentos impostos pelas agências implementadoras.



A elaboração de diagnósticos para melhoria do ensino público passou a ocupar papel central nas políticas educacionais nas últimas décadas, esse fato pode ser observado no estudo que Fonseca, Namen, Moura Neto, Silva, Ortigão e Rohrer (2019). De acordo com os autores, a abordagem, apoiada pelo conhecimento de especialistas em educação, possibilitou formular ações com base nos padrões descobertos com a mineração de dados da Prova Brasil, as quais podem nortear melhorias e elevar a proficiência dos discentes. Os resultados obtidos no estudo, contudo, devem ser analisados com cautela, pois não permitem afirmar o que “faz diferença” nas escolas ou o que impulsiona sua qualidade. Por fim, “o estudo permitiu a identificação de padrões relacionados com o processo de aprendizagem ao abordar o uso de métodos para redução de dimensionalidade e algoritmos de mineração” (FONSECA; NAMEN; MOURA NETO; SILVA; ORTIGÃO; ROHRER, 2019, p. 448).

Galian e Silva (2019) trazem a nova configuração da BNCC para o centro da discussão em seu estudo *Apontamentos para uma avaliação de currículos no Brasil: a BNCC em questão*. Este estudo buscou identificar alguns elementos que podem vir a guiar um processo de avaliação dessa política curricular segundo, por um lado, a aposta presente na BNCC e, por outro, o panorama de críticas delineado na produção acadêmica. Frente a algumas considerações importantes, os autores destacam que os professores sinalizam que a BNCC não considerou a realidade das escolas públicas do país, que não houve participação ativa desses profissionais na construção da proposta e que o documento parece ajustar-se mais efetivamente à elaboração de sistemas de avaliação.

Os autores concluem que a partir desse exercício de sistematização da publicação científica brasileira sobre a implementação da BNCC, podemos constatar a predominância de três tendências analíticas, quais sejam: os debates acerca do conhecimento e da impossibilidade de uma base nacional; a crítica aos direcionamentos políticos e ao próprio processo de construção do documento; e seus efeitos curriculares para as práticas escolares e a formação de professores. Tais alertas da produção acadêmica podem ser tomados como focos para análises a serem desenvolvidas a partir das ações e estratégias que vêm sendo mobilizadas para garantir a implementação da BNCC nos sistemas escolares, bem como seus desdobramentos para a produção de materiais didáticos, o currículo das licenciaturas e a oferta de formação continuada para os professores do ensino básico.

Sousa e Pacheco (2019) trazem para a discussão, seu estudo sobre *Avaliação externa das escolas: lógicas políticas de avaliação institucional*, apontando que em tempos de políticas educativas pautadas pela *accountability*, o aumento de sistemas de avaliação institucional é



um aspecto marcante dos sistemas educativos. Os autores apresentam os resultados de uma investigação realizada em Portugal, baseada nas percepções dos atores educativos em resposta ao problema: que impacto e efeitos produz a Avaliação Externa das Escolas (AEE), considerando a melhoria da escola, o envolvimento da comunidade e a implementação de políticas de *accountability*. Os resultados indicam, que a avaliação institucional, apesar de estar ancorada em políticas de uniformização e standardização – que inevitavelmente conduzem as escolas para uma cultura de prestação de contas e responsabilização –, e apesar de valorizar o desempenho em função dos resultados externos, bem como de salientar os aspetos organizacionais da escola, necessita ora de um olhar essencialmente formativo e pedagógico, ora de um processo de autoavaliação que se torne uma componente fundamental da escola.

Continuando o debate sobre as políticas educacionais de avaliação impactos e efeitos produzido por essa política educacional, Alves e Ferrão (2019), trazem uma importante contribuição para esse debate com seu estudo que apresenta *Uma década da Prova Brasil: evolução do desempenho e da aprovação*. As autoras analisam os dados originados pela aplicação da Prova Brasil, a fim de responder duas perguntas: no período de dez anos, houve avanços na qualidade da educação em termos de aprendizado e aprovação no ensino fundamental 1 e 2? Quem são os alunos que melhoraram (ou não), segundo recortes territoriais e características sociais? São apresentadas estatísticas descritivas dos níveis de proficiência e da autodeclaração sobre a reprovação dos alunos do 5º e 9º anos de 2007 a 2017.

Os resultados da pesquisa indicam que houve avanços na qualidade da educação em termos de aprendizado e aprovação no ensino fundamental 1 e 2, mostrando adicionalmente que ocorreram melhorias mais pronunciadas na leitura do que em matemática e no 5º ano. Em face da evidência de melhora tênue no ensino fundamental 2, as autoras apontam duas hipóteses: à mudança na composição dos alunos devido à reprovação, e a qualidade da oferta educativa no ensino fundamental 2. Quanto à segunda questão de pesquisa, o estudo mostra que todos os subgrupos de alunos do 5º ano melhoraram o desempenho, fatores como nível socioeconômico do aluno, alfabetização da mãe e a situação do aluno em relação ao trabalho têm efeitos nos resultados de aprendizagem em matemática e língua portuguesa obtidos na Prova Brasil 2015 (9º ano).

Fechando o ciclo do conhecimento acerca dos estudos do periódico: *Estudos em Avaliação Educacional*, apresentamos o trabalho de Vieira (2019) que faz uma abordagem

sobre *Oportunidades educacionais no Brasil: o que dizem os dados do SAEB*. Esse estudo tem por objetivo contribuir para a pesquisa da desigualdade e da eficácia escolar, mapeando a distribuição das oportunidades educacionais no Brasil com base nos dados do SAEB 2013. Mais uma vez, assim como no estudo acima apresentado de Alves e Ferrão (2019), os estudos demonstram que o nível socioeconômico do aluno aparece como uma variável que atua de forma significativa na distribuição das oportunidades educacionais no Brasil, assim como nos níveis de desempenho aferidos, mesmo num contexto de ampliação e universalização do acesso ao ensino fundamental.

De acordo com a investigação do autor, o nível socioeconômico do aluno aparece como uma variável que atua ainda de forma relevante sobre a distribuição das oportunidades educacionais no Brasil. Outros fatores citados pelo autor possuem relação estreita a essa variante, são eles: insuficiência de professores, carência de pessoal administrativo, carência de pessoal de apoio pedagógico, falta de recursos pedagógicos, mas também à percepção e atitude do próprio corpo docente sobre seus educandos.

Considerações finais

Tendo em vista os vinte estudos analisados no periódico, *Estudos em Avaliação Educacional*, consideramos que a díade avaliação-currículo é um tema bastante atual e são objetos de pesquisa importantes para aprofundamentos no campo educacional. Acreditamos que o discurso das políticas públicas educacionais produzidas no Brasil desde os anos 1990 como forte imperativos de mecanismo de controle, governo, aferição da qualidade, promoção de melhorias no sistema educativo, gestão educacional, dentre outros, merecem ser problematizados e discutidos, tendo em vista que a escola é um espaço propício à formação de sujeitos, pois nele se constrói os processos de democratização das diversas instâncias do conhecimento, não podendo se restringir à concepções limitadas de educação e de aprendizagens, de programas e projetos implantados verticalmente com intuito de aferir competências e habilidades construídas individualmente.

Ao longo dos anos, o sistema educacional brasileiro vem sofrendo com os impactos produzidos por essas políticas, que na prática, geram sentidos diversos na organização das redes de ensino, nas unidades escolares, na prática docente, nas políticas curriculares, na produção dos materiais didáticos, na formação continuada dos professores e, conseqüentemente, no processo de aprendizagem dos alunos.

Dentre os assuntos abordados nos trabalhos analisados, os mesmos trazem em seu conteúdo reflexões pertinentes com as discussões sobre sistemas de avaliação, avaliação externa e em larga escala, currículo, políticas educacionais, qualidade da educação, ensino fundamental, impactos na prática docente, performatividade, Sistema de Avaliação da Educação Básica/SAEB, Prova Brasil/SAEB, Pisa, dentre outros indicadores educacionais em âmbito nacional e municipal. Verificamos, com base nas análises realizadas, que o sistema educacional brasileiro na atualidade é composto e regido por um modelo gerencial de administração pública com traços característicos de princípios conservadores e autoritários, resultados dos efeitos das políticas regulatórias no campo educacional que tem como foco principal, a avaliação e o currículo, na formação de subjetividades presentes no contexto escolar que envolve todos os atores do processo educativo.

A concepção de escola-empresa de viés neoliberal utilitarista e individualista hoje se materializa em estratégias eficazes de boa gestão educacional com finalidade de obtenção de resultados positivos e que atuam como um verdadeiro jogo político que prega a necessidade de redução do papel do Estado, de modernização da administração pública e a reformulações de seus papéis sociais. Nas análises apreendidas destacamos estudos que corroboram com a manutenção desse jogo político na defesa das políticas públicas de avaliação, controle da qualidade, de currículo nos gerenciamento da educação brasileira. Como podemos observar nos estudos de Guimaraes e Esteves (2018), que indicam “que o processo de avaliação externa tem influenciado os currículos, pois destacam os aspectos positivos e os pontos fortes dos cursos”. Assim como os estudos de Furtado e Soares (2018), apontam que “existem boas chances de a política de bonificação ter sido responsável pela variação positiva, ou ainda pela maior parte dos ganhos de desempenho da rede estadual no período analisado”, e, ainda, os estudos de Cerdeira, Prado, Rosistolato, Tavares e Costa (2017), que reforçam a ideia de que “a ampliação do conhecimento sobre os sistemas de avaliação em larga escala tende a reduzir as resistências e permitir que as equipes de gestão escolar incorporem os dados como orientadores de suas ações práticas”. Tais pesquisas evidenciam como as políticas de avaliação e gerenciamento do sistema educativo tem mudado a configuração das escolas, professores, propostas curriculares e, conseqüentemente, do sistema de ensino como um todo.

Frente a isso, destacamos pesquisas que em seu bojo entendem o processo de subjetivação pelo qual estão submersos e criam rotas de fuga, ou seja, outras possibilidades de evidenciar o que, por vezes, já se encontra exposto. Destacamos os estudos de Cunha;



Barbosa; Fernandes e Dalben; Almeida; (2015), que denunciam como a “regulação se materializa em um conjunto de ações que influenciam a organização do trabalho pedagógico, a preocupação com as metas e índices, esvaziando o trabalho docente”, e defendem que “não se pode avaliar a aprendizagem dos estudantes e a qualidade ofertada pelas escolas sem a construção de uma avaliação multidimensional”.

No intuito de provocar reflexões sobre os significantes das políticas de avaliação, destacamos os estudos de Garcia, Fazio, Panizzon e Bizzo (2018), que indicam que o “cenário marcado por políticas de avaliação em larga escala com foco em Linguagem e Matemática e de responsabilização, acabam por induzir “à distribuição desigual dos recursos, incluindo a questão do tempo de formação e da criação de programas e projetos educativos e pedagógicos” com foco nesses componentes curriculares. Com isso, segundo Mota (2018), na busca pelo êxito nos resultados das avaliações e obtenção da premiação os agentes implementadores fazem adaptações no currículo, na avaliação e no trabalho pedagógico, não considerando a realidade das escolas, sem a devida participação dos profissionais da educação, como indicam Galian e Silva (2019), sobre o processo de construção da proposta da BNCC documento criado com a finalidade de ajustar-se mais efetivamente à elaboração de sistemas de avaliação.

Na díade avaliação em larga escala/currículo, destaca-se a análise de que “as avaliações, como os currículos, [...] e outras coisas do processo educativo – podem ser tecidas – construídas – a partir das relações de comunicação [...], com respeito à diversidade e às especificidades, frutos das negociações que as relações dialogais propiciam. (RIBETTO, 2013, p. 110).

Referências

- ALVES, Maria Teresa Gonzaga; FERRÃO, Maria Eugénia. Uma década da prova Brasil: evolução do desempenho e da aprovação. **Estudos em Avaliação Educacional**, São Paulo, v. 30, n. 75, p. 688-720, set./dez. 2019.
- ALVES, Maria Teresa Gonzaga; XAVIER, Flavia Pereira. Construção de indicadores para descrever desigualdades de aprendizado na Prova Brasil. **Estudos em Avaliação Educacional**, São Paulo, v. 27, n. 66, p. 782-815, set./dez. 2016.
- CERDEIRA, Diana Gomes da Silva; PRADO, Ana Pires do; ROSISTOLATO, Rodrigo Pereira da Rocha; TAVARES, Mayara de Oliveira; COSTA, Marcio da. Conhecimento e uso de indicadores educacionais no município do Rio de Janeiro. **Estudos em Avaliação Educacional**, São Paulo, v. 28, n. 69, p. 926-968, set./dez. 2017.



CUNHA, Renata Cristina Oliveira Barrichelo; BARBOSA, Andreza; FERNANDES, Maria José da Silva. Implicações das avaliações externas para o trabalho docente coletivo. **Estudos em Avaliação Educacional**, São Paulo, v. 26, n. 62, p. 386-416, mai./ago. 2015.

DALBEN, Adilson; ALMEIDA, Luana Costa. Para uma avaliação de larga escala multidimensional. **Estudos em Avaliação Educacional**, São Paulo, v. 26, n. 61, p. 12-28, jan./abr. 2015.

FERREIRA, Norma Sandra de Almeida. As pesquisas denominadas “estado da arte”. **Educação & Sociedade**, ano XXIII, n. 79, ago./2002.

FONSECA, Stella Oggioni da; NAMEN, Anderson Amendoeira; NETO, Francisco Duarte Moura; SILVA, Adriana da Rocha; ORTIGÃO; Maria Isabel Ramalho; ROHRER, Ursula Andrea Barbara Verdugo. Mineração de dados orientada pelo domínio educacional: uma prova de conceito. **Estudos em Avaliação Educacional**, São Paulo, v. 30, n. 74, p. 420-453, mai./ago. 2019.

FURTADO, Clayton Sirilo do Valle; SOARES, Tufi Machado. Impacto da bonificação educacional em Pernambuco. **Estudos em Avaliação Educacional**, São Paulo, v. 29, n. 70, p. 48-76, jan./abr. 2018.

GALIAN, Cláudia Valentina Assumpção; SILVA, Roberto Rafael Dias da. Apontamentos para uma avaliação de currículos no Brasil: a BNCC em questão. **Estudos em Avaliação Educacional**, São Paulo, v. 30, n. 74, p. 508-535, mai./ago. 2019.

GARCIA, Paulo Sérgio; FAZIO, Xavier; PANIZZON, Debra; BIZZO, Nelio. Austrália, Brasil e Canadá: impacto das Avaliações no ensino de ciências. **Estudos em Avaliação Educacional**, São Paulo, v. 29, n. 70, p. 188-221, jan./abr. 2018.

GUIMARÃES, Edilene Rocha; ESTEVES, Manuela. Sistemas de avaliação da educação superior em Portugal e Brasil. **Estudos em Avaliação Educacional**, São Paulo, v. 29, n. 72, p. 596-630, set./dez. 2018.

MATOS, Daniel Abud Seabra; RODRIGUES, Erica Castilho. Indicadores educacionais e contexto escolar: uma análise das metas do Ideb. **Estudos em Avaliação Educacional**, São Paulo, v. 27, n. 66, p. 662-688, set./dez. 2016.

MORICONI, Gabriela Miranda; GIMENES, Nelson. Indicadores educacionais: entrevista com Reynaldo Fernandes. **Estudos em Avaliação Educacional**, São Paulo, v. 27, n. 66, p. 971-986, set./dez. 2016.

MORRIS, Paul. Política educacional, exames internacionais de desempenho a busca da escolarização de classe e mundial: uma análise crítica. **Estudos em Avaliação Educacional**, São Paulo, v. 28, n. 68, p. 302-342, mai./ago. 2017.

MOTA, Maria Océlia. Implementação de políticas públicas educacionais na perspectiva dos agentes burocráticos. **Estudos em Avaliação Educacional**. São Paulo, v. 29, n. 72, p. 684-709, set./dez. 2018



OLIVEIRA, Dalila Andrade; JUNIOR, Edmilson Antônio PEREIRA. Indicadores do trabalho docente: múltiplas associações no contexto escolar. **Estudos em Avaliação Educacional**, São Paulo, v. 27, n. 66, p. 852-878, set./dez. 2016.

PEREIRA, Talita Vidal; OLIVEIRA, Roberta Avoglio Alves. Juvenilização da EJA como efeito colateral das políticas de responsabilização. **Estudos em Avaliação Educacional**, São Paulo, v. 29, n. 71, p. 528-553, mai./ago. 2018.

RIBETTO, A.; VASCONCELOS, G. A. N.; SGARBI, P.; FILÉ, V. Conversas sobre avaliação e comunicação. In: ESTEBAN, M. T. (Org.). **Escola, currículo e avaliação**. São Paulo: Cortez, 2013.

RODRIGUES, Carlos Eduardo Serrina de Lima; FERNANDES, Claudia de Oliveira. Governança educacional global e a gênese dos testes das habilidades socioemocionais. **Estudos em Avaliação Educacional**, São Paulo, v. 28, n. 67, p. 214-235, jan./abr. 2017.

SORDI, Mara Regina Lemes de; OLIVEIRA, Sara Badra de; SILVA, Margarida Montejano da; BERTAGNA, Regiane Helena; DALBEN, Adilson. Indicadores de qualidade social da escola pública: avançando no campo avaliativo. **Estudos em Avaliação Educacional**, São Paulo, v. 27, n. 66, p. 716-753, set./dez. 2016

SOUSA, Joana; PACHECO JOSÉ A. Avaliação externa das escolas: lógicas políticas de avaliação institucional. **Estudos em Avaliação Educacional**, São Paulo, v. 30, n. 74, p. 536-556, maio/ago. 2019.

VIEIRA, Ivan Souza. Oportunidades educacionais no Brasil: o que dizem os dados do SAEB. **Estudos em Avaliação Educacional**, São Paulo, v. 30, n. 75, p. 748-778, set./dez. 2019.

Sobre os autores/as:

Elisângela Aguiar Oliveira Andrade

Mestre em Educação (UESB)

Programa de Pós-Graduação em Educação (PPGED)

ellenaguiar29@hotmail.com

Fábio Santos de Andrade

Doutor em Educação (UFMT)

Programa de Pós-Graduação em Educação Escolar (PPGE)

Universidade Federal de Rondônia (UNIR)

fasaan@hotmail.com

Reginaldo Santos Pereira

Doutor em Educação (UFSCar)

Programa de Pós-Graduação em Educação (PPGED)

reginaldousesb@gmail.com